

Malan: mercado já renegocia dívidas

Ministro da Fazenda afirma que mudança no câmbio trará custos inevitáveis

O GLOBO: O Governo dizia, sobre os países da Ásia que a desvalorização provocaria alta dos importados que entram na composição das exportações, e que não haveria ganhos nas exportações.

PEDRO MALAN: Coréia, Tailândia, Indonésia, Malásia, que são economias abertas, exportam e importam até 40% de seu PIB. No Brasil, as nossas importações representam 8% do PIB.

• Há setores importantes em que o custo dos importados é expressivo e esses produtos têm peso na inflação. O que é possível fazer para conter esses aumentos?

MALAN: Vivíamos num quadro de economia protegida, sem importações, e com mecanismos de cultura inflacionária. O consumidor era induzido a comprar porque achava que no dia seguinte ou no mês seguinte o produto poderia estar ou mais caro ou não ser encontrado nas prateleiras. Essa não é a situação da economia hoje. Tem quatro anos de aprendizado do consumidor de que é possível escolher e esperar, que não é preciso aceitar todo e qualquer aumento de preço.

• É o consumidor que terá que dizer não às altas? E o pão?

MALAN: Entendo que há itens em que a escolha não existe, mas a solução para isso não é voltar ao tabelamento, à caça do boi no pasto. Até porque essa é uma situação transitória. A inflação não voltará ao Brasil. Ela ficará sob controle com política monetária e fiscal. Vamos ter o efeito do câmbio, que se fará sentir mais este ano, mas não no ano seguinte.

• A Coréia tem sido apontada como exemplo de sucesso da política do FMI. Lá, porém, o PIB caiu 6% em 97, os juros ficaram altos

por seis meses e o desemprego aumentou de 2% para 8%.

MALAN: Acho que vamos ter custos inevitáveis nesse processo. Mas sempre a comparação deve ser feita com os custos que teríamos se nada fizéssemos, tentando insistir numa determinada política que, dado que o mundo mudou, tinha riscos maiores.

• O Governo perdeu credibilidade, como mostram os boatos de que o senhor está caindo?

MALAN: Reconheço que na opinião de alguns tenha havido uma certa perda de credibilidade do Governo, na medida em que a mudança não foi anunciada previamente. Mas essa é uma área complicada e não poderíamos anunciar antecipadamente. Também foi uma pena que houvesse essa conjunção da mudança do presidente do BC no mesmo dia de uma mudança que não funcionou e teve que ser alterada dois dias depois. Mas é preciso mudar quando as circunstâncias mudam. Houve uma concentração de foco sobre nossas fragilidades, que sempre estiveram lá. Como diria Millôr Fernandes, como são maravilhosas as pessoas que nós não conhecemos ainda.

• O que o leva a acreditar que a taxa de câmbio vai se estabilizar num nível não muito elevado?

MALAN: Os exportadores, que têm entrado muito pouco nesse momento de incerteza, em algum momento terão que entrar.

• Se o exportador está ganhando 10% ao dia com o câmbio flutuante, ele pode esperar.

MALAN: A idéia de que podem reter exportações sem custos indefinidamente não existe.

• Na Coréia, o Governo assumiu

as dívidas em dólares das empresas. Isso poderá ser feito aqui?

MALAN: A situação é totalmente diferente. Na Coréia existia um relação entre o Governo e o setor privado muito mais dirigista. Mas é uma questão a ver. Um número expressivo de empresas estão ou renegociando com credores ou recomprando seus papéis com deságio no mercado.

• O *New Deal* foi criado nos EUA porque o Governo acreditava que a democracia não suportaria dez milhões de desempregados. O que o Governo fará aqui?

MALAN: É uma preocupação fundamental deste Governo de minimizar os efeitos de uma fase de transição difícil que estaremos passando nos próximos meses.

• Essa crise se deve ao fato de que o Governo demorou demais a trocar de política ou é culpa do governador Itamar Franco?

MALAN: É uma conjunção de vários fatores. Parte são externos, como a mudança no cenário internacional. A derrota do Governo na votação da contribuição dos servidores, em dezembro, foi vista como um descarrilhar do programa. Não é verdade, como provou a votação de quarta-feira. A outra foi a percepção de que havia alguns meses em que não haveria arrecadação da CPMF e que, portanto, não seríamos capazes de equacionar o problema fiscal. Isso foi resolvido com as medidas de política fiscal que encaminhamos. A palavra moratória gera pânico e a idéia que pudesse ser adotada de forma generalizada pelos estados é um componente adicional. Mas seria uma óbvia e excessiva simplificação atribuir a uma pessoa e a um estado o poder de alterar expectativas nessa magnitude. ■

POLÍTICA FISCAL

• É a forma de atuação do Governo em relação ao que ele gasta e ao que arrecada em tributos

POLÍTICA MONETÁRIA

• É a forma de o Governo controlar o total de dinheiro em circulação na economia. O principal instrumento para isso são as taxas de juros. Quanto maiores os juros, menos dinheiro estará circulando na economia e a atividade econômica tenderá a diminuir. Quanto menor a taxa, maior é a possibilidade de crescimento econômico

CÂMBIO FLUTUANTE

• É o tipo de política cambial em que o Banco Central não interfere (ou interfere muito pouco) nas cotações da moeda. O BC deixa a cotação flutuar livremente, sem estabelecer oficialmente uma taxa como parâmetro para o mercado. Com essa política, na maioria das vezes o BC só atua para evitar que a taxa sofra oscilações muito acentuadas

PAÍSES DE ECONOMIA ABERTA

• São aqueles com baixas taxas cobradas sobre produtos importados e que mantêm grande fluxo de comércio com o exterior, tanto em importações quanto em exportações

'NEW DEAL'

• Foi a política adotada pelo presidente americano Franklin D. Roosevelt para reerguer a economia dos Estados Unidos depois da chamada Grande Depressão, causada pelo *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929. Essa política foi baseada nas idéias de John Maynard Keynes, que pregava a importância da atuação do Estado na geração de emprego e renda